

Domingo na praia para além do baculejo¹: Transatlanticidade, divisão racial na cidade / do espaço e juventudes negras na Praia do Poço da Draga em Fortaleza (CE)²

Paulo Henrique Ferreira de Freitas (PPGAS UFG, Goiás, Brasil).

Resumo

Este artigo mapeia esboços de cartografias de formas de apropriação do espaço urbano sob as margens das *praias periféricas* de Fortaleza (CE) com foco na Praia do Poço da Draga. Parte de uma compreensão física e existencial do Atlântico Negro interpretado por pesquisadores (as) que se debruçam sobre a construção das diásporas negro - africanas para abordar experiências construídas e modificadas pela presença negra em cidades litorâneas, especificamente aqui, Fortaleza. A abordagem do campo de pesquisa foi realizada através da observação participante, realização de entrevistas e por meio de colaborações de jovens artistas negros (as) das áreas da música, poesia e artes visuais de Fortaleza, que evidencia representações de sociabilidades, relações de pertencimentos e transgressões de jovens negros (as) na cidade e nos espaços urbanos. É possível nesta etnografia tornar visível um debate sobre juventudes negras em contextos plurais de suas experiências cotidianas em relação ao direito à cidade e mais especificamente, direito à praia e ao lazer, arte e cultura, não esgotado à interpretações sobre o genocídio da juventude negra como conceito estrito às violações de direitos em abordagens policiais, extermínio e encarceramento em massa praticados pelo Estado brasileiro contra jovens negros (as), mas preenchendo lacunas e silêncios em torno do racismo e suas estratégias de manutenção do poder nas grandes cidades brasileiras.

Palavras chave: Transatlanticidade; Juventudes negras; Divisão racial na cidade / do espaço; Praias periféricas; Antropologia urbana / nas cidades.

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano 2024).

² Excertos de partes dos capítulos 1 e 2 da pesquisa de mestrado realizada sob orientação do Prof. Alex Ratts no Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás (PPGAS UFG).

1. Pensando Fortalezas Negras junto ao Atlântico Negro

As experiências vividas de quem nasceu e se criou na Comunidade da Draga³ e as relações mantidas com esse espaço repletos de belezas e de relações humanas e ambientais são traduzidas a partir de diversas relações de construção de cidadanias e de luta pelo direito à vida e à dignidade. Como também os registros que podem ser traduzidos em apropriações do espaço urbano e litorâneo por jovens negros e periféricos e suas fruições de ocupação da costa ao Mar.

O Mar Atlântico e suas memórias traduzidas nas peles negras de seus moradores e transeuntes estão presentes nas marcas e nos registros do tempo da cidade de Fortaleza. Uma cidade que nasce pelas águas banhadas do encontro de dois continentes de imensas dimensões territoriais e existenciais revelam muito mais que simples traduções do tempo da escravidão. De lá vieram muitas pessoas, histórias, espantos, lembranças que povoam em grande medida as nascentes econômica, política, filosófica, artística e antropológica de um chão repleto de gente diferentes entre si mas que também possuem diversas similaridades compartilhadas pelo tempo no espaço vivido. É certo de que pouco se falava sobre essas pessoas de maneira oportuna e com a relevância que merecem, quase sempre elas são retratadas através de obras expostas em museus sob o cálice da dor e da tragédia.

Mas ao perceber as diversas nuances de ausências e silêncios provocados pelas ruínas de uma história⁴ ou incompleta ou mal contada e até mesmo mentirosa, sem revelar nenhum julgamento de valor sobre as correntes teóricas de determinados tempos e pessoas que nos antecederam, torna-se cada vez mais necessário que se busque delimitar as lacunas não preenchidas pelos discursos e sentimentos esvaziados de sentidos e que aproximem essas pessoas esquecidas para o real presente e as possam projetar em si mesmas as condições de que sejam lembradas em outros momentos.

Encontrei através das imagens reproduzidas por jovens negras e negros uma possibilidade de reconexão entre as dimensões físicas e simbólicas da feitura de uma cidade que insiste em não afirmar a existência múltipla de seus povos. Cidades que condenam ao temeroso obscurantismo do silêncio as marcas e as delícias da vida e do prazer de viver em comunidade e até mesmo individualmente.

³ Comunidade do Poço da Draga.

⁴ Relação mantida devido à ligação da Comunidade com as memórias da Ponte Velha / Metálica.

Confrontei as possibilidades de interpretação dessas angústias, compartilhei com colegas, amigas e amigos e diversas pessoas que se interessaram em compreender o porquê do Mar possuir um significado tão forte como eu apontava inicialmente. Fui mergulhando entre as incertezas e as certezas que também guiavam esses desencontros e por fim, pude conceber a ideia de que Fortaleza não pode proibir ou fechar o seu Mar para o seu povo que sempre busca nas suas águas mornas e salgadas o acalanto de uma semana puxada de trabalho aos encontros geracionais com as amizades que perfazem o tempo de vida de tanta gente apaixonada pela vida dessa cidade que por vezes, os rejeita.

Fortaleza e suas belas praias escondem também outros cartões postais, e sua gente diversa. Esta etnografia, no entanto, vai em busca desse desencontro para possibilitar um diálogo inicial através das águas. Foram as águas e as pessoas do Poço da Draga que me conquistaram e me levaram a buscar esse desconhecido de uma forma prazerosa e cheia de cuidados durante muito mais de um ano de pesquisa de campo. São quase seis anos de contato e observação sempre atenta desse lugar de Fortaleza que encanta qualquer pessoa de longe que venha a conhecer.

1.1 A Praia do Poço da Draga

Uma praia localizada num emaranhado de grandes prédios e de muitos Centros Culturais de Fortaleza. Abriga a efervescência de domingos ensolarados e repletos de visitantes de toda a cidade e de vários lugares do mundo que buscam um lugar tranquilo para estar à toa curtindo a maresia e as belezas que apenas se encontram em Fortaleza.

Para além da Praia, gostaria de enfatizar a presença da Favela do Poço da Draga, consistindo numa comunidade que resistiu há muitos anos às políticas de remoção urbana provocadas pela especulação imobiliária e pelo capital que afeta a dignidade de seus moradores e moradoras. Mesmo que nessa pesquisa o foco não seja explicitamente a relação dos Moradores com a Praia, é importante apresentar as suas principais características.

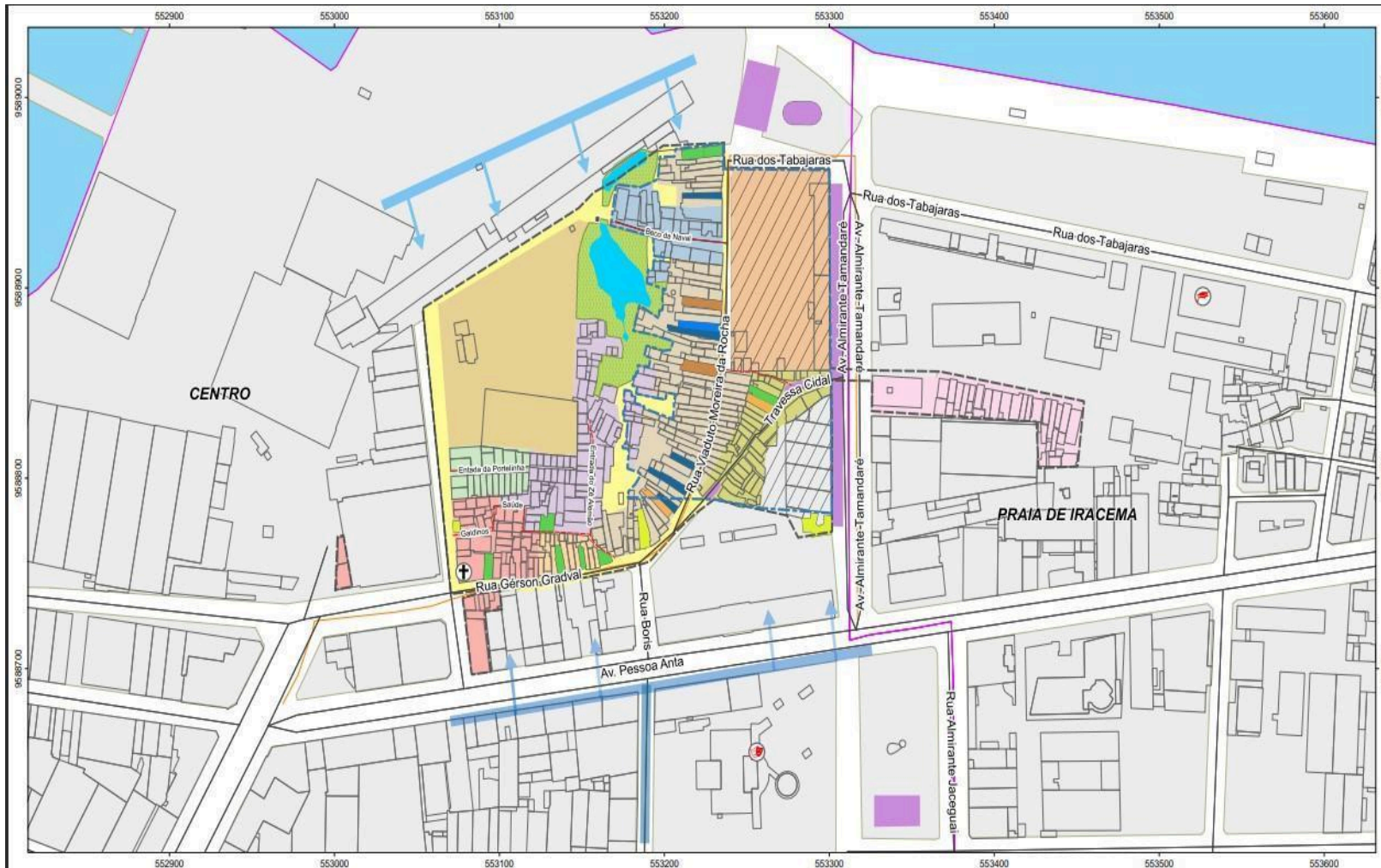
A comunidade que já foi extensamente maior antes da construção do Hotel Marina Park, antes da chegada da Indústria Naval e mesmo da tentativa de construção Acquário de Fortaleza⁵. Perfazendo antigamente uma região interligada com as Praias do Pirambu, hoje registra em seu cotidiano a presença de mais de oitenta (80) famílias residindo ainda a

⁵ Uma obra que se encontra parada há pelo menos 8 anos.

localidade próxima ao litoral de Fortaleza. Tendo também um cotidiano expressivamente movimentado pelas ações realizadas por diversas lideranças da comunidade e extenso meios de captação de condições financeiras próprias, como o desenvolvimento de trabalhos autônomos em barracas de praia e também de manutenção de serviços de limpeza da praia e de salvamento de banhistas que eram até então gerenciadas pela própria comunidade de moradores e trabalhadores.

Possui os seus limites através da delimitação da avenida Almirante Tamandaré (avenida que passa ao lado do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura), Avenida Pessoa Anta, a Rua dos Tabajaras e pela indústria Naval. A comunidade é atravessada pela Rua do Viaduto Moreira da Rocha que desemboca no Mar. Através desse Mapa Diagnóstico desenvolvido junto à comunidade do Poço da Draga que recebi do querido Sérgio Rocha, geógrafo e morador do Poço da Draga, explica as atividades realizadas lá e seus limites e ameaças em relação à especulação imobiliária.

Mapa 01 - Mapa Diagnóstico da Cartografia Social do Poço da Draga.
 Fonte: UFC.



Mapa Diagnóstico da Cartografia Social no Poço da Draga



ESCALA

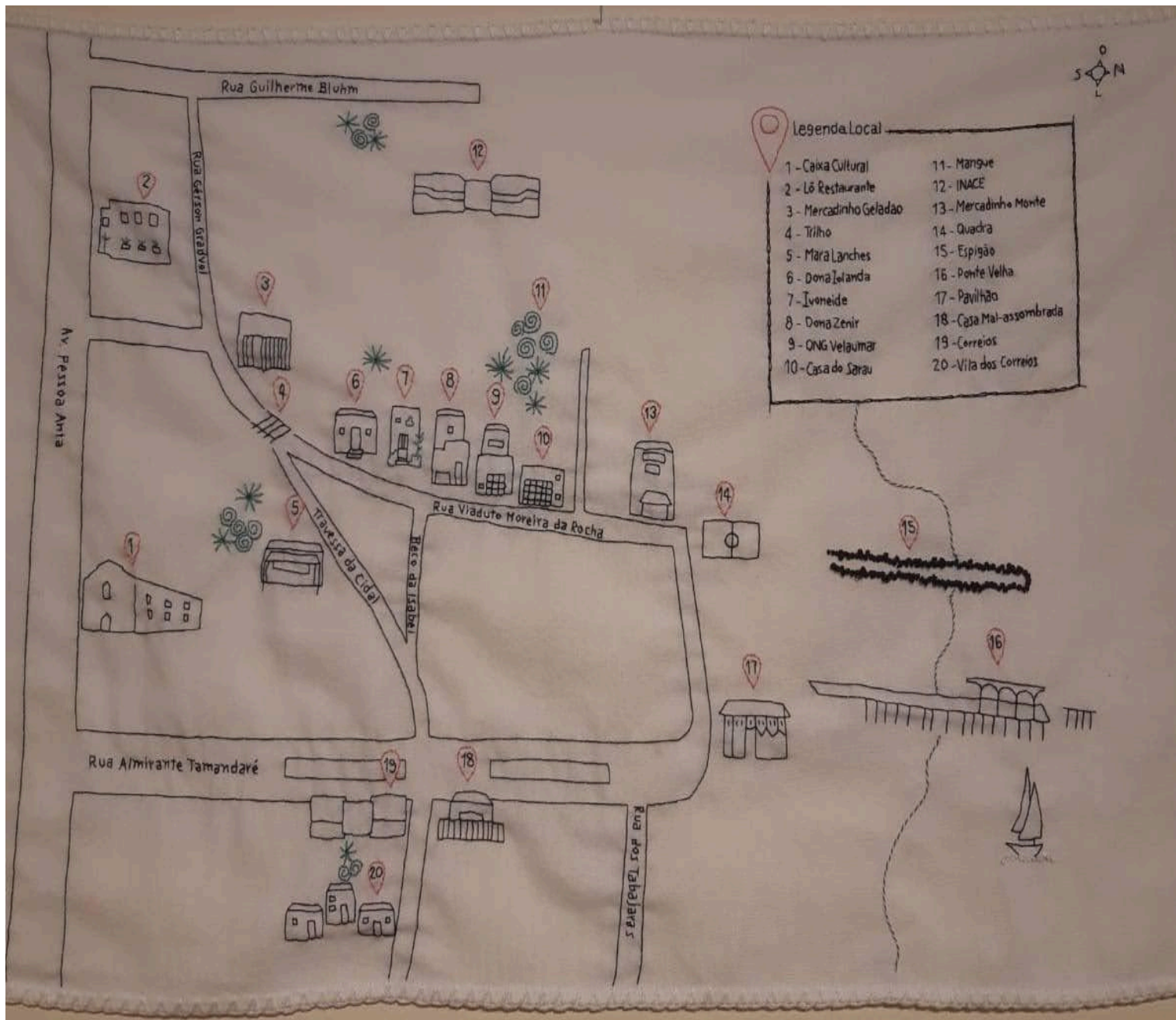
1:1000

0 50 100 m

Projeção Universal Transversa de Mercator
 Datum: SIRGAS 2000, Fuso 24S
 Base Cartográfica: SEFIN, 2016
 Fonte: Oficinas de Cartografia Social no Poço da Draga

LEGENDA

<ul style="list-style-type: none"> Vias Internas Vias Principais Rota da Coleta de Lixo Igreja Evangélica (Assembleia de Deus) Escola Municipal São Rafael Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura ONG Velaumar Áreas de Lazer 	<ul style="list-style-type: none"> Bodega Costureira Depósito de gelo Lanchonete Mercantil Galpão CIDAL Manilhas Corpo d'água Área de Mangue 	<ul style="list-style-type: none"> Galdinos Naval Portelinha Terreno Trilho da Gerson Gradval Trilho da Travessa Cidal Viaduto da Gradval Vila dos Correios 	<ul style="list-style-type: none"> Sentido do alagamento pela cheia da maré Sentido do alagamento pela água da chuva Área com maior ameaça de especulação imobiliária ZEIS de Vazio Correção do Limite da ZEIS ZEIS Poço da Draga Bairros de Fortaleza
---	--	---	--



Mapa 02 - Cartografia Social do Poço da Draga em costura das mulheres do Poço da Draga.

Fonte - Álbum 115, Felipe Camilo Kardozo.

Este outro mapa elaborado por moradoras e moradores do Poço da Draga retratam o seu território por meio de uma prática muito realizada dentro da própria comunidade, a costura. Este mapa estava disponível na exposição de comemoração de 115 anos do Poço da Draga curada e organizada pelo colega Felipe Camilo.

Em um território fértil de produções artísticas e de diversas linguagens culturais é facilmente captadas obras como essas que a partir de trabalhos recentes são levadas aos Museus de Arte da cidade para fortalecer os vínculos da comunidade com os centros culturais que se localizam próximos aos limites da Favela da Draga.

A Comunidade da Draga não é avaliada em seus índices de desenvolvimento humano na Cidade de Fortaleza como um bairro, o que torna difícil uma pontuação em relação ao acesso às demais políticas públicas presentes na comunidade, logo que possa aparecer como o bairro Praia de Iracema ou mesmo o bairro Centro como aparece em contas de luz e água e registros de localidade de alguns moradores que são bairros que se consideram “os melhores para se morar em Fortaleza”, um contraste gigantesco se mencionar em relação a esses bairros em comparação com o Poço da Draga.

2. Localizações da antropologia e etnografia urbana nas cidades e corpos junto ao Atlântico

A posicionalidade de uma antropologia que busca deslocar noções e conceitos proeminentes aceitos e disseminados em um prolongado tempo pode não parecer a principal porta de entrada de uma etnografia de mestrado. Proponho então que seja um caminho de possibilidades ou um trajeto de investigação contínua no tempo - espaço apropriado para sua realização juntamente com os corpos que perfazem as relações aqui obtidas dentro de variáveis significados.

Opto pela vinculação de perspectivas que sejam sólidas e conceituais e não apenas tratada como êmica ou imersa em uma linguagem vernacular de uma determinada comunidade, grupo social ou mesmo indivíduo, para o caso das auto-etnografias. No entanto é preciso alertar que muitos marcadores sociais da diferença atravessam essa pesquisa, como jovem negro gay ou bixa preta (RAYARA, 2017) e aqui na condição de pesquisador em antropologia social.

Pensar uma antropologia que possa estar cada vez mais conectada com as comunidades, grupos e indivíduos que interagem diretamente com as pesquisas precisa ser considerada muito mais que consciência ética de pesquisa, mas também como reparação epistêmica (DIAS, 2021). No caso de comunidades negras, indígenas, travestis e transsexuais masculinos e femininas, esses processos ainda caminham de maneira lenta e muitas das vezes acompanhadas de esforços mínimos que são incapazes de lidar com determinadas situações no campo de pesquisa e mesmo nos programas de pós-graduação em Universidades brasileiras. A antropóloga Rita Segato (2021, p. 22) afirma que,

Se pensamos que, a partir do evento colonial e dentro da ordem da colonialidade que ali se instala, a raça passa a estruturar o mundo de forma hierárquica e a orientar a distribuição de valor e prestígio, entenderemos também que ela tem um papel central na definição de quem é quem e na atribuição de autoridade no mundo da formulação de ideias, sua divulgação e sua influência.

Em seguida, a própria autora aponta para o fato de que essas pontuações podem ser encontradas em diversos trabalhos recentes que vêm sendo produzidos na antropologia feita no Brasil onde aqui o caminho ainda não é o inverso. É preciso localizar a antropologia feita no Brasil, como um conceito geral que autoriza e desautoriza não apenas ideias, mas também quem são as e os pesquisadores e pesquisadoras que podem se debruçar sobre determinados temas e questões.

A colonialidade do saber é atravessada diretamente pelo racismo acadêmico, sistemáticas práticas de negação e deslegitimação de antropólogos e antropólogas negros e negras, além de suas competências mas também seus repertórios e conhecimentos. Nesta pesquisa, mais especificamente para a antropologia urbana e as etnografias nas cidades, é importante compreender as contribuições de duas pesquisas que são pioneiras em abordar contextos urbanos que são produzidos por sociabilidades de comunidades negras.

A primeira delas é a etnografia da antropóloga Ruth Landes em “A cidade das Mulheres” (1938), em que o protagonismo das “mulheres de santo / mães de santo” em Salvador passa a ser registrado com a colaboração de Edison Carneiro, outro importante pesquisador das relações raciais no Brasil ou mais precisamente a escola dos estudos do negro ao qual foi vinculado em vida.

Neste trabalho estão presentes questões como relações de gênero e fazeres econômicos, sexualidades dissidentes dentro do candomblé e uma riqueza de perspectiva

sobre a cidade de Salvador e a presença da população negra. A presença visível de mulheres negras de axé nas ruas de Salvador com um longo processo tradicional de mercantilização do Acarajé, aponta para além do protagonismo feminino dentro das religiões afro brasileiras, mas também revela o protagonismo feminino em práticas de empreendedorismo, tema atual e bastante discutido no campo das políticas públicas.

A segunda é uma importante contribuição de Virgínia Leone Bicudo, estudante da primeira turma de Sociologia Política da Universidade de São Paulo, que através da orientação do antropólogo Donald Pierson, escreveu sua dissertação intitulada “atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo” (1945; 2010) e outros trabalhos publicados em revistas de estudos psicanalíticos e em uma grande pesquisa realizada pela UNESCO que revisou as políticas raciais no Brasil em 1950, expondo assim uma imagem caricata brasileira de país da democracia racial.

Virginia Bicudo, analisa como “associações negras” discutiam questões intrínsecas entre os grupos de “pretos” e “mulatos” na cidade de São Paulo e como essas relações eram operadas dentro desses circuitos de negros em mobilidade social. Suas contribuições para pensar a presença negra nos espaços urbanos são destacadas através da pesquisa da antropóloga negra Janaina Damaceno Gomes (2013).

Certamente, desconsiderar as trajetórias e contribuições pioneiras de Ruth Landes e Virgínia Bicudo, além de diversos outros nomes que podem também apresentar contribuições no campo dos estudos da antropologia urbana, tem sido um erro para a formação de antropólogos/as que situam suas pesquisas nas cidades.

A questão racial é presente nas cidades brasileiras e perpassa então, diversos momentos na produção bibliográfica e científica no Brasil e no mundo, desde as teorias de base para o racismo científico baseadas no evolucionismo que buscava a objetificação do negro em seus estudos, tornando essa população passiva e passível de escrutínio científico sem precedentes.

Aderir a perspectivas que possibilitam percepções etnográficas como processos de uma produção relacional da interdisciplinaridade e interseccionalidade nos espaços urbanos e constituintes de identidades próprias de cada cidade brasileira, como demonstra Carla Akotirene (2018), pela imbricação de marcadores sociais da diferença de raça, classe, gênero, sexualidades, geração e território como sensibilidades analíticas expostas nas grandes avenidas relacionais da vida de uma pessoa negra.

Posicionado então, como antropólogo negro, a escrita etnográfica deve acompanhar as demandas críticas que nos afetam para contribuições teóricas e práticas - ontológicas, epistemológicas, ancestrais e políticas - para a comunidade negra em todas as suas perspectivas sejam transdisciplinares e transnacionais.

A intelectual afro-americana bell hooks quando trabalha sobre a “representação da negritude”, ela aponta que: “o colonialismo significa que sempre devemos repensar tudo, *pois (...) a questão é de que ponto de vista*. A partir de qual perspectiva política nós sonhamos, criamos, olhamos e agimos?” (2019, p. 59). Pouco se aborda nesse contexto de pesquisas, essas relações a partir dessas perspectivas aqui apresentadas. Para tanto, esse trabalho se insere nesse contexto de produção de novos paradigmas para pensar as juventudes negras nas grandes metrópoles.

A antropologia urbana é um campo concebido para buscar a produção de conhecimento sobre as relações sociais que são produzidas nas cidades ou no espaço urbano, através de recortes espaço-temporais previamente definidos pelo pesquisador (a). Possibilita a utilização de referenciais metodológicos que expandem as experimentações do fazer antropológico clássico, aqui destacados tanto pelas técnicas de ensaios fotográficos, entrevistas, busca de representações artísticas e pesquisa histórica, não como recursos ilustrativos mas como técnicas complementares de pesquisa baseadas na observação participante.

A opção por uma perspectiva interdisciplinar entrelaçado dentro das possibilidades com estudos de urbanismo, geografia e relações raciais, entre estes campos permitem-nos realizar aproximações empíricas e teóricas com outras categorias que recebem enfoque nesta pesquisa, como as de divisão racial do espaço, afro-transatlanticidade e juventudes negras.

Para os antropólogos Akhil Gupta e James Ferguson , a questão do espaço nas ciências sociais obteria um pequeno espaço nas pesquisas antropológicas, e sua importância se dá a partir da ideia de que “a experiência cultural ocorre em um espaço contínuo, conectado, atravessado por relações econômicas e políticas de desigualdade” (GUPTA; FERGUSON, s/d. p. 42). Concordando com o teórico crítico Homi K. Bhabha (s/d), eles afirmam que as contradições incomensuráveis de uma zona intersticial de deslocamento e desterritorialização confirmariam a identidade do sujeito em contextos distintos.

Para tanto, o campo dos estudos em relações raciais é fundamental para a realização desta pesquisa, no que tange às contribuições dos estudos sobre atitudes raciais (BICUDO,

2010) até as ideias mais recentes de racismos institucional e estrutural (ALMEIDA, 2018). Essas possibilidades correlacionam diretamente com as experiências empíricas, teóricas, sensíveis e políticas para a realização desta investigação em que as relações de troca devam ser bilaterais ou multilaterais tanto para a construção de políticas públicas, como para expansão de compreensão sobre as dinâmicas das (os) sujeitas (os) envolvidas (os).

Ao tratar da questão da diferença e como as mulheres negras redefinem essa categoria expandido seus horizontes, a teórica feminista Audre Lorde aponta para o fato de que essa relação é sempre tomada por estudos que caracterizam os “humanos desviantes” e não a partir das diferenças humanas. Para a autora, "a rejeição institucionalizada da diferença é uma necessidade absoluta numa economia centrada no lucro que precisa de *outsiders*" (LORDE, 2019, P. 144).

A realização de uma abordagem qualitativa que tenha como método a observação participante é importante porque aqui poderá também transitar entre os espaços e participar. Para a antropóloga Saba Mahmood (2006), sob a construção do pós-estruturalismo nos estudos sobre as relações de gênero no Egito pós-colonial, propõe estudos fenomenológicos que contemplem as perspectivas de *self*, *embodiment* e agência.

Essa abordagem sugerida pelos estudos pós coloniais permitem que a produção de posicionamentos politicamente prescritivo, como propõe a autora, surgiram com a realização de etnografias em que essa agência teórica (a pesquisadora) precisam estar interligadas, *in loco* nesses espaços e com um número maior de fenômenos a serem descritos e trabalhados.

Sendo estas, no entanto, as produções que se localizam entre as dimensões políticas e práticas de fatos registráveis. Em dimensões práticas o pós estruturalismo ainda não se afasta completamente de seus antigos métodos de registros, interpretação e escrita causando diversas variações e principalmente extinguindo a percepção de hierarquia na produção antropológica e etnográfica.

Através desse rico campo de produção de conhecimento que nos permite relacionar diversos campos do saber, podemos articular em perspectiva crítica às noções pré-concebidas e noções que permanecem enraizadas sobre determinadas formas de expressar, de conviver, de interagir e de comunicar no mundo empírico que afeta diretamente o mundo teórico, entre a fusão de horizontes (OLIVEIRA, 2018) que produz diálogos densos e compartilhados entre a produção de cidadanias.

O antropólogo Roy Wagner chama de invenções antropológicas as interpretações sobre humanidades e culturas desconectadas da biologização e da moralização desses processos, assim respectivamente. Há no entanto dimensões de interpretação e escrita de cunho crítico e criativo sobre as projeções que são dadas em escritas que promovem abordagens morais e evolutivas. Para ele:

[...] a humanidade é pois, natureza refinada e filtrada por um desígnio e uma ordem consciente, uma disciplina que é ela mesma objetificado como algo que pode ser aprendido, ensinado, preservado, registrado e “inventado” estendido [...] os valores sociais e morais reduzem a criatividade às questões práticas (WAGNER; s/d. p. 309;314).

As antropologias de fronteiras, como são chamadas aquelas que priorizam questões como marcadores da diferença e as relações de poder em sociedades capitalistas tem sido profundamente abertas a novas possibilidades de interpretações, utilização de técnicas como a oralidade, presente anteriormente em técnicas bem menos complexas e com suportes técnicos que contemplassem as perspectivas desses interlocutores.

O que se caracteriza nesta pesquisa é uma antropologia que pretende ser negra, que se orienta junto da escrita de outros/as teóricos/as e antropólogas/os negras/os, que vêm organizando e sistematizando as noções e os conceitos que orientam essas experiências, vivências e interlocuções, com propostas de imersões coletivas e produções traduzidas sob as ideias de associativismo não mediado pelo estado e suas relações nesta pesquisa.

É importante afirmar que a partir de minha aproximação das técnicas de pesquisa desenvolvidas pela fotografia foi possível criar cartografias imaginárias e desconhecidas, criando registros da Praia da Draga desde 2017 mesmo que as imagens utilizadas neste trabalho tenham sido feitas dentro do período de observação em campo que durou de março de 2022 à março de 2023. A câmera e os registros fotográficos representam boa parte do sucesso de realização desta pesquisa, embora ela represente apenas fragmentos de uma parcialidade das visitas ocorridas nesse período de um ano de exercício de campo.

As entrevistas, no entanto, buscam uma intimidade relativa com o lugar através das narrativas e trajetórias de pessoas que nasceram e se criaram na Comunidade do Poço da Draga. Essa opção metodológica que foi descrita anteriormente se tornou possível e ajudou bastante a fechar as lacunas sobre representações coletivas. Dentro dos processos de co-teorização das pesquisas que se buscam antropológicas, destaco novamente a Bianca Ellen como um fio condutor de excelência para caminhar pelo Poço da Draga.

A existência também de outras modalidades e possibilidades de produções de diários de campos, como uma experimentação das *cartografias negras* e de *mapas etnográficos* a partir da racialização de dados cartográficos racializados, que vem sendo desenvolvidos em estudos das cidades por pesquisadores e pesquisadoras de diversas áreas do conhecimento apresentam parte da riqueza encontrada nesta pesquisa. Suas representações em mapas e na mentiras sobre os mapas⁶ descrevem o litoral marginal em que nos inserimos.

Para fins de exemplificação metodológica, cabe afirmar também a contribuição direta da musicalidade produzida e emergida neste cenário temporal e espacial desta pesquisa por artistas que embora se considerem circular em diversas linguagens artísticas vem se destacando no cenário musical. Utilizo-me de recursos disponíveis por várias delas durante a organização deste trabalho, bem como no título desta etnografia que conta com uma contribuição direta de Mateus Fazen Rock e Mumutante.

Podem ser destacados a emergência de diversos nomes de cantoras/es e grupos, como Má Dame, Gutto, Bakkari, Di Ferreira, Lorena Nunes, Caiô e a Outra Galera, Matuê, Maria Antonia (*in memoriam*), Nego Gallo, Don L, Luiza Nobel, SubConsciente em Pauta, Perímetro Urbano, Emocionar e tantas outras artistas que ainda irão florescer na cidade que compõem e criam sobre as praias de Fortaleza e suas periferias fazendo assim emergir através deste recurso as diferenças de uma cidade também desigual e racista.

3. Saindo das zaria / do pedaço: Produções de estranhamento das familiaridades no espaço urbano

As dinâmicas do espaço urbano são expressas através do movimento de sair do pedaço⁷ que no caso das juventudes negras que majoritariamente residem em favelas e longes

⁶ Categoria de mapas criados pela arquiteta e artista visual Cristiellen Rodrigues no projeto “mentir sobre mapas”.

⁷ para ampliação da categoria *ver* MAGNANI, Guilherme José Cantor. **Antropologia urbana: desafios e perspectivas**. Revista de antropologia. v. 59, n. 3. São Paulo: USP, 2016.

MAGNANI, Guilherme José. **Quando o campo é a cidade**. In: Na metrópole. Edusp: São Paulo, 1996.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Bonde do mal: notas sobre território, cor, violência e juventude numa favela do subúrbio carioca**. In: Raça como retórica: a construção da diferença. Claudia Barcellos Rezende (org). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

dos centros dessas cidades, esse mecanismo de sair de sua área ou pedaço, trata-se das diversas dinâmicas de mobilidade e deslocamento realizados na cidade.

A concepção da saída do pedaço está diretamente condicionada à escassez de políticas públicas e de representações que estão diluídas pelas imagens da cidade. É importante saber que essas ideias são fundamentais para compreendermos os limites nas quais se apresenta firmemente aqui, pois as experiências que serão abordadas aqui não tratam de análises institucionais e nem estão localizadas no campo das instituições públicas, como hegemonicamente se mobiliza a categoria de juventude negra na maioria das pesquisas acadêmicas.

Trata-se de uma política do cotidiano que é exercida pela necessidade da mobilidade urbana. Esses deslocamentos muitas vezes condicionados à busca por momentos de lazer e mesmo de determinação de arrendamentos financeiros, grande parte da vida social e mental de jovens negras (os) nas cidades brasileiras.

Diante de tantas questões a serem levantadas, era comum na trajetória desta pesquisa deparar-se com imbricações coletivas tão próximas como distantes da realidade ao qual nos encontramos. Foram muitas as ocasiões em que a cidade surpreende qualquer pessoa, como nos dias em que me encontrei sendo salvo de baculejos de policiais militares por estar acompanhado de pessoas brancas ou mesmo quando me deparei com um Policial Militar “conhecido do tempo de criança” que durante a abordagem policial me reconheceu e me liberou enquanto abordava um outro grupo de jovens com bastante truculência.

É preciso ser artista para ser negro e jovem vivenciando as liberdades que o espaço urbano tem a oferecer. Tem que estar quase sempre esperto e atento para não cair na cilada do despreparo. São muitas as questões que atravessam esse corpo marcado por essas diferenças que tornam esses sujeitos tão frágeis como passarinhos ao serem capturados por caçadores. Mas não só os caçadores apresentam cotidianamente os perigos que exigem a malandragem necessária para sobrevivência nas cidades, é preciso estar confiante e seguro para se manter à espreita da possibilidade de se movimentar de um lugar para o outro.

Baseando nessas breves considerações fui percebendo que algumas técnicas de pesquisa planejadas não seriam possíveis de serem aplicadas diante do universo ao qual eu estaria mergulhando agora como pesquisador e não mais apenas como cidadão que usufrui do direito à cidade. Acredito que em alguns pontos específicos desta etnografia seriam profundamente aproximadas da realidade se eu pudesse entrevistar o máximo possível de

jovens negros do sexo masculino durante minhas visitas ao Poço da Draga, mas essa condição não era possível para mim enquanto homem negro jovem mesmo embora me apresentasse como pesquisador ou como antropólogo que renderia muita conversa sobre dinossauros e fósseis.

Entrevistar um semelhante que é desconhecido seria profundamente perigoso nas condições ao qual me eram concedidas. A utilização da câmera por vezes diminuía os impactos causados pelas distâncias que os processos inerentes à modernidade da construção dos indivíduos nas cidades revelavam. O auto-ódio é parte de uma conquista do pensamento capitalista de disputa por privilégio e *status* atribuídos aos domínios de dimensões simbólicas nas cidades por jovens negros, sobretudo do sexo masculino.

Mesmo que muitas vezes sejam atribuídas características depreciativas para esse movimento, muitos desses processos condicionam jovens negras e negros a saírem das periferias e favelas das cidades onde residem para “disputar” políticas públicas, ter acesso à cultura, esporte e ao lazer, exercer cidadanias em relação às ausências e transformações da vida mental e financeira e também do emprego da dicotomia carregada na pele da in segurança pública no cotidiano dessas cidades. É oportuno então, apresentar brevemente as dinâmicas e interações que se fazem presentes no cotidiano.

3.1 Mobilidade urbana e (in) segurança pública

Durante os finais de semana a Praia toma-se como lugar centralizado para diversão e encontros na cidade de Fortaleza. Como demonstrado, as políticas de mobilidade urbana se desenvolvem a partir de algumas possibilidades, sendo elas, a maior utilização se dá via transporte público onde os ônibus são a principal escolha desses jovens para realizarem os seus trajetos até o Poço da Draga.

É bem comum se deparar com cenas inusitadas e também cenas de aventuras constantes na realização desses percursos. Os ônibus que fazem o trajeto da Praia vindo das periferias da cidade normalmente saem de quatro principais pontos: os terminais de integração de transporte público de Fortaleza, que são, o Terminal da Parangaba, o Terminal do Antônio Bezerra, o Terminal do Papicu e o Terminal do Siqueira. Esses quatro terminais de integração fazem a ligação deste ponto da Praia com a grande maioria dos bairros distantes

da Orla de Fortaleza. Três outros terminais não ligam diretamente aos trajetos que se findam lá, que são os Terminais do Conjunto Ceará, Lagoa e da Grande Messejana.

Nesses percursos algumas linhas de ônibus circulam, sendo uma delas uma ligação entre quase todos esses terminais. O 51 e o 52 cruzam a cidade de Fortaleza em sentidos opostos, literalmente eles rasgam a cidade num grande círculo que envolve grandes avenidas que ligam a cidade. Sendo que jovens, trabalhadores e demais transeuntes na Praia que saem principalmente do Terminal de Messejana, Papicu e Antônio Bezerra são usuários dessas duas únicas linhas de ônibus.

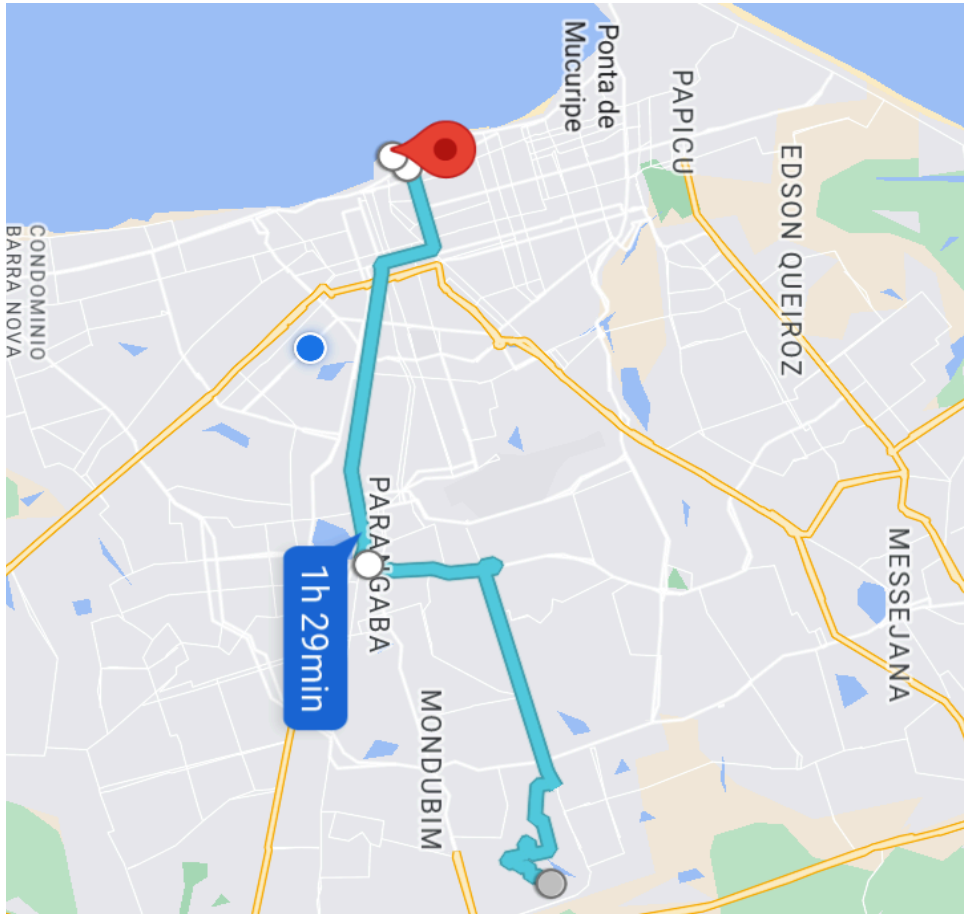
Algumas outras linhas de ônibus fazem percursos que findam no caminho do Mar. São o 071 (Antônio Bezerra / Mucuripe), 073 (Siqueira / Praia de Iracema), 077 (Parangaba / Mucuripe). Dentre todas elas os trajetos mais conhecidos foram o da linha 077 pois esse terminal de integração se liga a regiões periféricas ligadas aos primeiros espaços construídos para a localização de bairros de trabalhadores da cidade e depois de ocupações urbanas de trabalhadores sem teto. Ocasionalmente, de onde partia sempre quando me deslocava pela cidade.

O Mapa extraído do Google Maps traça o caminho percorrido pelo transporte coletivo saindo do bairro que eu nasci e me criei na cidade de Fortaleza que está presente no início desta pesquisa passando pelo Terminal da Parangaba e seguindo até a Praia do Poço da Draga. É possível observar outros dois pontos inexatos de Terminais do Papicu e da Messejana. O Terminal do Antônio Bezerra se localiza à esquerda do Mapa pouco depois do ponto azul e o Terminal do Siqueira fica um pouco próximo ao Terminal da Parangaba havendo linhas de ligação entre os dois Terminais.

Os Terminais eram os primeiros espaços que alertavam o caminho da praia e indicavam quem eram os transeuntes das praias de Fortaleza. Tanto pela presença da Guarda Municipal e de vários fiscais trabalhadores (as) que aguardavam o embarque dos (as) passageiros (as) nos ônibus garantindo a entrada prioritária das pessoas que possuíam o direito à prioridade de assento e embarque nos transportes coletivos até mesmo pela repressão de jovens que eram continuamente selecionados de maneira “aleatória” anteriormente a realização dos embarques.

Presenciar esses fatos eram sempre possibilidades de dar tudo errado para essa pesquisa. Eu era um semelhante àqueles que eram sempre “selecionados aleatoriamente”. Eram sempre os primeiros indícios de que estar na rua e estar a caminho da Praia era um

perigo constante. Nas filas do 077 pude então perceber que as dinâmicas de mobilidade urbana estavam diretamente relacionadas aos mecanismos de controle da segurança pública que possuem suas marcas de um capitalismo colonialista, racista e sexista.



Mapa 03: Trajeto de saída do espaço até o Poço da Draga.
Fonte: Mapa extraído do Google Maps, Paulo Henrique Ferreira, 2023.

Estabelecer parâmetros rigorosos de controle social urbano para usuários desses transportes que estavam plenamente dispostos a se divertirem a baixos custos pela cidade se transformava na primeira possibilidade de causar constrangimentos para esses sujeitos e apareciam sempre as primeiras negações de direitos na gestão do espaço público de Fortaleza.

Era muito comum ouvir reclamações por parte de pessoas que mais apresentaram reações de repulsa para com aquelas pessoas do que necessariamente reclamações de estarem tendo seus direitos violados. Não conseguia de nenhuma forma compreender como a alegria de quem utiliza os mesmos serviços públicos funcionava como elemento de negação de direitos para outras pessoas que utilizavam os mesmos serviços públicos.

A insegurança como fenômeno cotidiano é revelada quase que diuturnamente contra esses corpos, se demonstrava cruel e desproporcional no cotidiano dos finais de semana nesses Terminais de Integração. As pessoas que buscavam realizar o embarque nos coletivos durante o trajeto são constantemente classificados por uma espécie de política do olhar muito presente no espaço público, onde se for preto e se “parecer vetim”⁸ é a escolha certa para muitos trabalhadores responsáveis pelo transporte público “queimar as paradas”⁹.

A considerar a baixa circulação de outros meios de transporte principalmente aos domingos era possível visualizar os grupos de jovens que utilizam as bicicletas para realizar os percursos até a Praia. Quase sempre grupos de pessoas ciclistas que se locomoviam de locais nem tão distantes da localização da Praia mas também pessoas que vinham de locais distantes. Busquei realizar os percursos apenas poucas vezes visto que até a Praia dava em torno de 16 Km de distância de ida e a mesma distância de volta. Era como realizar uma maratona todo domingo se eu fizesse isso.

As estéticas coletivas e as improvisações realizadas nas grandes avenidas de Fortaleza marcam essas aventuras. O sol marca também quem pretende realizar esses percursos. porém os ventos assumem papel fundamental no equilíbrio de calor da cidade ou melhor nas avenidas abertas para a Praia como a Avenida João Pessoa que vem da Parangaba, a Avenida Leste Oeste que vem do sentido do Antônio Bezerra e as ruas seguintes que dão sentido ao lado do Papicu, Messejana e Mucuripe, quem garante a possibilidade de ser uma boa experiência é o próprio Mar e a sua produção de ventos.

Outros meios de transporte são bastante utilizados como veículos próprios e veículos de transporte alternativos e de aplicativos que tem tomado grande parte do mercado quase extinto dos taxistas e mototaxistas. Apesar de diminuir um terço do tempo de uma viagem realizada pelos transportes públicos, tomam outras características na gestão desses espaços públicos.

⁸ Classificação usual para características performáticas e de composição de vestuários de jovens negras (os) e periféricos em Fortaleza. “Vetim” vem do termo “pivetim” que, por sua vez, deriva de “pivete”. Vetim é regional.

⁹ Classificação utilizada quando os motoristas de transporte público não estacionam nas paradas seletivas para embarque de passageiros.

3.2 Saúde mental e vida financeira

É incomum que nas dinâmicas das cidades urbanas brasileiras não existam imagens de pobreza e miséria convivendo ali diretamente com as paisagens de prazer e delícias produzidas pela urbe. A pobreza e o luxo convivem nos mesmos lugares do tecido urbano e isso afeta os imaginários das juventudes negras de uma maneira muito particular. As imagens de pobreza carregam em suas construções estéticas - políticas dois marcadores sociais da diferença que são centrais e quase permanentes, raça e território. Embora os marcadores de idade e gênero não sejam fixos elas também contribuem para uma autodefinição coletiva de estereótipos da pobreza nas cidades.

Esses marcadores se revelam através da intergeracionalidade presentes na formação de famílias negras faveladas e ou de comunidades urbanas que são expurgadas de forma cruel e humilhante das dinâmicas mais básicas como a possibilidade de ver os (as) seus filhos (as) frequentarem a escola, de garantir uma alimentação com qualidade, de irem em um parque em um dia qualquer ou mesmo de comemorar alguma data especial, até as mais complexas da vida social comunitária.

Não são herdeiros da miséria como convencionalmente ousam chamar crianças negras pobres e nem são reprodutores de miseráveis os homens negros e as mulheres negras pobres que sonham em ser pais e construir uma família. São famílias negras espoliadas de capital financeiro que maltratam crianças negras, homens negros e mulheres negras e reproduzem em si a miséria formando jovens negros (as) destituídos de auto-estima e exemplares para se instruírem em coletivo.

Jovens negros (as) que sonham e passam a enxergar a liberdade pelo resultado da ausência constante. Tudo que os negam eles passam a almejar alcançar e constantemente esses jovens racializados de maneira subalterna recebem como única moeda de troca pelas suas existências diversas formas de assassinatos precoces nas metrópoles brasileiras.

Aprisionados pela guerra constante de não serem confinados pela pobreza, jovens negros (as) criam suas próprias estratégias de sobrevivência principalmente através da busca por acúmulos de capital. Esse acúmulo de capital não pode de maneira alguma ser compreendida com as ideias de acumulação primitiva mas deve ser entendido como uma maneira de “contrariar a estatística” (RAMOS, 2021) mesmo que o maior risco dessa estratégia seja tornar esse jovem negro uma estatística.

Viver nas cidades brasileiras e grandes capitais tem se tornado um alto custo de vida. Não apenas para uma vivência plena com todas as garantias de direitos públicos e privados, até mesmo para pessoas que têm reduzido os custos de vida tem se tornado cada vez mais difícil pensar a sobrevivência como apenas um aspecto da vida financeira. Os altos índices de adoecimentos psíquicos têm cada vez mais se refletido entre os jovens negros, sobretudo do sexo masculino. Não relacionar esses dois aspectos diretamente também pode ser um erro de análise. É necessário que se compreenda a localização da pobreza na produção de adoecimentos variados na urbe.

A produção de riquezas nas cidades precisa ser distribuídas de maneira em que jovens negros (as) não apenas contribuam para a circulação de capital financeira mas que participem ativamente dos ativos de suas produções. É cada vez mais necessárias compreensões amplas para as condições psíquicas de viver no espaço urbano. A distinção entre pobreza e riqueza afeta diretamente a construção de imaginários de jovens negros (os).

A circulação de capital na cidade ao determinar quem pode e quem não pode acessar determinados espaços torna-se mediador central de políticas de micro-segregação, mas não apenas, se considerarmos as condições impostas para jovens negros (as) podemos estabelecer que marcadores sociais da diferença de raça, idade, território e gênero estão profundamente interligados ao dinheiro e aos exercícios de sua utilização.

Um jovem negro e ou periférico que “pula a catraca do ônibus” não comete uma infração e sim apresenta uma proposta prática de como resolver uma questão de direito à cidade. A criminalização desta prática impossibilita-nos de enxergar de fato qual é a centralidade do ato de pular a catraca. Aquela roleta que media o ato do passageiro trocar o seu direito de passageiro pela moeda do dinheiro negocia se aquele sujeito possui ou não o direito de realizar a continuidade do seu percurso.

Percebemos então que a condição financeira de circulação de pessoas no espaço público toma o lugar de controle social urbano. Seria inimaginável acreditar que algo que seja proibido de realizar e participar do básico da vida urbana consiga se manter calmo e ordeiro. O jovem negro (a) tem então duas opções para resolução desta proibição, obedecer e aceitar que é sim um criminoso ou não aceitar as condições e negar para garantir seu direito de participação social da vida urbana.

Essas imagens políticas que se constroem no cotidiano entre a pobreza de muitos e a riqueza de poucos configuram então na construção de uma raiva iminente entre jovens negros

(as). Uma raiva que também é sustentada pela ausência de direitos e antes de tudo pela negação de uma existência plena de condições de vida necessária para exercício de suas cidadania mutiladas.

3.3 Lazer, arte, cultura e consciência crítica

As viagens realizadas no espaço urbano que foram descritas aqui como formas de habitar e de transitar pela cidade em busca de direitos apresentam-se sobretudo baseadas nas políticas de lazer. Aproximar o tempo de vida livre dessa juventude é uma possibilidade extensa e necessária para formação política de jovens negras (os).

As distinções realizadas no espaço urbano, sejam elas entre a mobilidade urbana e a insegurança pública ou entre saúde mental e vida financeira, são manifestadas por meio da produção artística e cultural dessas pessoas no cotidiano e se reproduzem conscientemente como uma crítica fundamental de uma sociedade excludente e racista.

As mesmas imagens, mapas, poesias, músicas, performances e demais criações são plenamente executadas por toda a cidade. É possível enxergar durante todo esse percurso a criatividade como arma de resistência a processos de autoconstrução de direitos. Jovens negras (os) se opõem a sua exclusão e constroem seus próprios espaços de lazer por meio de uma redefinição de suas culturas pela busca da aproximação de suas linguagens artísticas e políticas.

A distribuição de empregabilidade no mercado de trabalho e as suas distinções afetam também a constituição desses espaços. É perceptível que as variações internas de tipos de empregos exercidos por cada jovem produz suas diferenças na cidade. O jovem que trabalha com arte e cultura é um sujeito que se diferencia e consegue comunicar os seus iguais para uma busca de autoconhecimento profundo de reflexividade e posicionamentos.

O (a) jovem que atua no mercado de trabalho formal tem ali a possibilidade de acessar espaços de lazer que são caracterizados pelo consumo. O (a) jovem que atua no mercado de trabalho informal, no entanto, mesmo com as dificuldades da informalidade também se faz presente nos espaços de lazer. É necessário atentar-se aos jovens que não acessam nenhum dos mercados de trabalho e são então excluídos de qualquer possibilidade de lazer.

Mesmo que seja usual a descaracterização dessas ocupações de lazer, arte e cultura por um sentido de ostentação é perceptível que é incomodante que a sociedade veja um (a) jovem negro (a) simplesmente bem, com saúde mental e vida financeira saudável. Essas óticas se entrelaçam também aos próprios sujeitos participantes de uma necropolítica que afirma que a única possibilidade de ser um jovem negro (a) seja por meio da precariedade de condições de existência.

O jovem que vive na cidade, que vive a Praia aos finais de semana, no entanto, busca para si e para os seus amigos, familiares a dignidade de se viver bem. Esse trânsito realizado cotidianamente pelos espaços sejam eles quais forem é uma demonstração da qualidade de vida dessas juventudes que em si são também distintas através de suas práticas, manutenções e características ideológicas.

Mesmo que nem todos os (as) jovens frequentem a Praia com os mesmos objetivos e finalidades para estarem ali, ainda é perceptível que a busca por um descanso e pelo lazer são mediadores da habitação e da transitoriedade pela mobilidade urbana. A produção de consciência crítica entre esses jovens apresentam diversos marcadores de diferença e mantêm a partir da ideia compartilhada entre iguais o estranhamento da raça. A raça ou a negritude ocupada e manifestada no espaço urbano por esses jovens possuem características e fenômenos próprios de distinção de suas experiências.

Vejamos então em seguida algumas construções de interpretações críticas, artísticas e políticas sobre o espaço urbano por jovens negras (os) artistas da cidade de Fortaleza.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Editora Letramento; Justificando, 2018.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural.** Coord. Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.

BHABHA, Homi K. **A questão do “outro”.** In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Pós-modernismo e política. Editora Rocco. s/d.

BICUDO, Virgínia Leone. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo.** (org.) Marcos Chor Maio. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. **Desvendando evidências simbólicas:** compreensão e conteúdo emancipatório da antropologia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Bonde do mal:** notas sobre território, cor, violência e juventude numa favela do subúrbio carioca. In: Raça como retórica: a construção da diferença. Claudia Barcellos Rezende (org). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DIAS, Luciana de Oliveira. **Circuitos antropológicos:** por uma antropologia negra no Brasil. Novos debates: Fórum de debates em antropologia. v. 7, n. 2. Brasília: ABA, 2021. Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOMES, Janaína Damaceno. **Os silêncios de Virgínia:** Estudos de atitudes raciais em São Paulo (1945-55). Tese de doutorado em antropologia social, orientador: Kabengele Munanga. USP: São Paulo, 2013.

GUPTA, Akhil. FERGUSON, James. **Mais além da cultura:** espaço, identidade e política da diferença. In: O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000.

hooks, bell. **Olhares negros:** raça e representação. Editora Elefante, 2019.

LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres.** Tradução Maria Lucia do Eirado Silva. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

LORDE, Audre. **Idade, raça, classe e sexo:** As mulheres redefinem a diferença. In: Irmã outsider. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MAGNANI, Guilherme José Cantor. **Antropologia urbana:** desafios e perspectivas. Revista de antropologia. v. 59, n. 3. São Paulo: USP, 2016.

MAGNANI, Guilherme José. **Quando o campo é a cidade.** In: Na metrópole. Edusp: São Paulo, 1996.

RAMOS, Paulo César. **Contrariando a estatística:** genocídio, juventude negra e participação política. Alameda: São Paulo, 2021.

RAYARA, Megg. **O diabo em forma de gente:** reexistências de Gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Tese de doutorado em educação. Curitiba: UFPR, 2017.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios:** e uma antropologia por demanda. 1ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura.** São Paulo: Cosac Naify, 2012.